



SOLUÇÕES CONSTRUTIVAS E INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO NA CONSTRUÇÃO HABITACIONAL OPERÁRIA DE LISBOA

SILVA, Maria João Falcão (1); BAIÃO, Manuel (2)

(1) Laboratório Nacional de Engenharia Civil, mjoaofalcao@lneec.pt

(2) Laboratório Nacional de Engenharia Civil, mbaiao@lneec.pt

RESUMO

O desenvolvimento das questões habitacionais acompanhou um conjunto de transformações tecnológicas, económicas sociais e políticas, indissociáveis do processo de industrialização operado na Europa durante o século XIX. Em Portugal o fenómeno da Revolução Industrial aconteceu algum tempo depois de outras experiências europeias, sendo de registar, por exemplo, que em Lisboa a grande transição para uma sociedade industrializada se operou em 1850. Contudo, apesar de ser uma época de grandes mudanças e evoluções, o progresso industrial não conseguiu dar uma resposta rápida e eficaz ao problema da falta de alojamento, sendo os operários obrigados a acomodarem-se em espaços vagos da malha urbana: i) palácios e conventos existentes e abandonados pelas ordens religiosas na sequência das expropriações ordenadas pelo regime; ii) pátios operários; iii) vilas operárias. Os pátios operários apresentam características formais e funcionais que correspondem a um espaço exterior resultante da construção de casa em seu torno e cuja construção se estende desde o século XVI até meados do século XX. As vilas operárias surgem como resultado da evolução morfológica dos pátios.

No presente artigo pretende-se, numa primeira fase, enquadrar a temática, descrever os tipos de construção operária industrial destinada à habitação, fazer levantamento do património com interesse existente, apresentar a sua localização e formas de inserção na malha urbana. Numa fase seguinte identificam-se as diferentes soluções construtivas patentes nos pátios e vilas operárias da cidade de Lisboa. Para finalizar apresentam-se alguns exemplos de intervenções de reabilitação operadas neste tipo de construção.

Palavras-chave: Construção habitacional operária, Reabilitação, soluções construtivas.

ABSTRACT

The development of housing issues accompanied a series of technological, economic, social and political transformations, inseparable from the industrialization process in Europe during the 19th century. In Portugal the phenomenon of the Industrial Revolution happened after other European experiences, for example, in Lisbon the great transition to an industrialized society took place in 1850. However, although it is a time of great changes and evolutions, industrial progress was unable to provide a rapid and effective response to the problem of the lack of housing, and the workers were obliged to settle in vacant spaces in the urban network: i) existing palaces and convents abandoned by religious orders following ordered expropriations by the scheme; ii) workers' courtyards; iii) workers' villas. The workers' courtyards have formal and functional characteristics that correspond to an exterior space resulting from the construction of a house around it and whose construction extends from the 16th century until the mid-20th century. The workers' villas arise as a result of the morphological evolution of the courtyards.

In the present paper, the aim is to classify the subject, describe the types of industrial construction for housing, and survey the heritage with architectural interest, present its location and forms of insertion in the urban design. In the following phase, we intend to identify the different constructive solutions that are evident in the workers' courtyards and

villas of the city of Lisbon. Finally, some examples of rehabilitation interventions performed in this type of construction are presented.

Keywords: *Worker housing construction, rehabilitation, constructive solutions.*

1 INTRODUÇÃO

O património construído, seja classificado ou não, é uma referência histórica da maior importância, não só sob o ponto de vista social, mas também numa vertente técnica, fornecendo elementos importantes para a compreensão do desenvolvimento evolutivo da capacidade humana de adaptação ao meio envolvente, desde os tempos mais remotos. De facto, desde que há registos sobre a atividade do Homem na Terra, a sua vida surge naturalmente associada às mais variadas formas de habitar. Neste sentido, depois de milhares de anos, a habitação passou de mero abrigo a local de conforto, bem-estar e lazer, onde todas as exigências de habitabilidade são consideradas, tendo por base soluções construtivas cada vez mais desenvolvidas (CANDEIAS, s/d).

O desenvolvimento das questões habitacionais acompanhou um conjunto de transformações tecnológicas, económicas, sociais e políticas, indissociáveis do processo de industrialização operado na Europa no século XIX. Em Portugal o fenómeno da Revolução Industrial aconteceu algum tempo depois de outras experiências europeias, sendo de registar, por exemplo, que em Lisboa a grande transição para uma sociedade industrializada se operou em 1850. Contudo, apesar de ser uma época de grandes mudanças e evoluções, o progresso industrial não conseguiu dar uma resposta rápida e eficaz ao problema da falta de alojamento, sendo os operários obrigados a acomodarem-se em espaços vagos da malha urbana (ANTUNES, 2002). A edificação de habitação operária na cidade de Lisboa constituiu no final do século XIX e início do século XX uma forma de dar resposta, com um mínimo de condições de habitabilidade, ao crescimento verificado na população urbana, em consequência das transformações resultantes do processo de industrialização e do aumento muito considerável de obras de construção civil (ILDEFONSO, 2008).

No presente artigo pretende-se enquadrar a temática, descrevendo os tipos de construção operária industrial destinada à habitação, bem como identificar algumas soluções construtivas registadas na cidade de Lisboa, assim como apresentar alguns exemplos de intervenções de reabilitação operadas neste tipo de construções.

2 CONSTRUÇÃO HABITACIONAL OPERÁRIA EM LISBOA

2.1 Considerações gerais

No final do século XIX a população da cidade de Lisboa era constituída principalmente por uma classe operária trabalhadora, vinda de meios rurais, com fracos recursos e sem acesso a habitação de baixo custo

(TEIXEIRA, 1994). Não havendo apoios oficiais nem capacidade financeira para habitar os bairros novos criados à data teve que ser, numa primeira fase, a própria população operária a resolver, ainda de forma precária, e pelos seus próprios meios a falta de alojamento existente para a classe trabalhadora (ILDEFONSO, 2008). Posteriormente seguiram-se as iniciativas privadas, as sociedades cooperativas e, com a 1.ª República, os bairros sociais. As tipologias resultantes, no que respeita à habitação para a classe operária compreendem o pátio, a vila operária e o bairro social, distinguindo-se estes no que diz respeito ao aprofundamento, à designação e à definição das variações dentro dos tipos (PEREIRA, 1994). Tendo em conta o contexto que lhes deu origem, e o modo como evoluíram, nem sempre é possível dissociar de forma exata as referidas tipologias, muito embora se considere que possam representar diferentes estádios de evolução de uma mesma condição embrionária (ILDEFONSO, 2008). Aos pátios sucederam-se as vilas, que, por sua vez, deram origem a edifícios de habitação coletiva, formas mais evoluídas de habitação destinadas às classes trabalhadoras (TEIXEIRA, 1994)(SILVA, 2013).

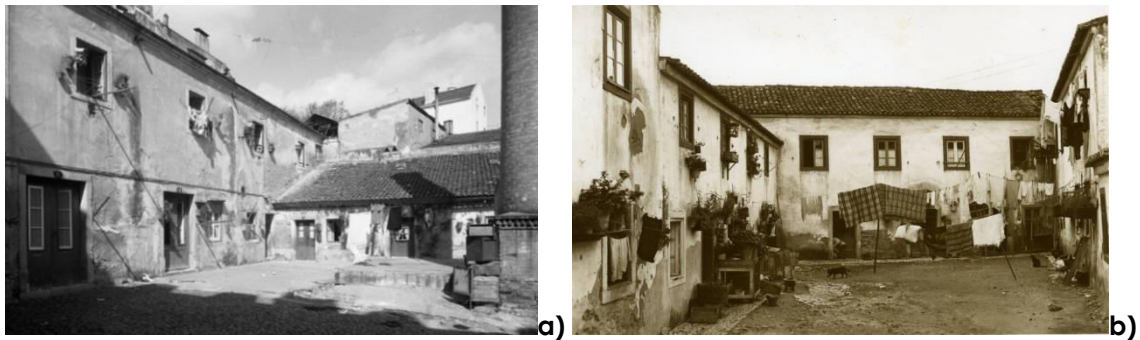
2.2 Pátios operários

O Pátio Operário (Figura 1) surge numa primeira fase do processo da industrialização associado a espaços residuais não ocupados em construções pré-existentes (palácios, conventos, edifícios com caves e logradouros com pouca salubridade) mediante pagamento de renda muito reduzida aos proprietários.

Os pátios encontram-se localizados principalmente em bairros mais antigos da cidade, preenchendo até ao limite o espaço disponível em zonas construídas, e também em bairros periféricos do final do século XIX, em zonas industriais (FONTAINHAS, 2015).

A densificação da ocupação, resultante na maioria das situações do dimensionamento abaixo de padrões mínimos, associada a deficiências construtivas acabavam, a seu tempo, por comprometer as condições de habitabilidade e salubridade do espaço (ILDEFONSO, 2008) (PEREIRA, 1995). Existiam, contudo, casos de construção de pátios de raiz não se distinguindo muitas vezes das vilas que posteriormente surgiram (PEREIRA, 1994).

Figura 1 – Exemplos de pátios lisboetas: a) Pátio dos Quintalinhos; b) Pátio do Biaggi às Amoreiras



Fonte: a) AUTOR DESCONHECIDO, 1957; b) PORTUGAL, s/d

O desenvolvimento económico observado em Lisboa em consequência da revolução industrial permitiu criar condições para uma evolução do cenário observado potenciando a construção de tipologias habitacionais um pouco maiores e com melhor qualidade construtiva.

2.3 Vilas operárias

A partir de 1870 começaram a ser construídas as vilas, tanto por iniciativa de pequenos proprietários, como por iniciativa de industriais que construía habitação para os seus operários (TEIXEIRA, 1994). As vilas operárias surgem como evolução morfológica dos pátios para alojar classes baixas, nas quais se incluíam não apenas o operariado, mas também ao estrato mais baixo da classe média.

A construção de vilas operárias ocorreu sobretudo em zonas periféricas ou industriais da cidade, em terrenos que se encontravam desvalorizados, em zonas com densidade populacional reduzida e, consequentemente com menor valor de renda associada.

As vilas operárias concretizam-se em conjuntos dissimulados no interior de quarteirões ou em ruas particulares, sendo muito frequentes sistemas de circulação e distribuição pelo exterior. Correspondem a uma construção económica e racional, em que abundam elementos decorativos, em estrutura modular que permite a racionalização e funcionalização do espaço (Figura 2) (SILVA; 2016).

Figura 2 – Exemplos de vilas operárias lisboetas: a) Vila Pereira; b) Vila Ramos



Fonte: ILDEFONSO et. al., 2019

2.4 Bairros operários

Já no início do século XX, o espaço interno das “vilas” foi-se articulando cada vez mais com a estrutura urbana, e estas formas de habitação, inicialmente segregadas, foram evoluindo, a par com os primeiros surtos de cooperativismo e do associativismo em Portugal, para pequenos bairros operários (Figura 3) completamente integrados na cidade de Lisboa (TEIXEIRA, 1994). Planeados com empenho introduzem uma tipologia nova no tecido da cidade, que pelo volume da edificação envolvida ou pela complexidade da sua estrutura atingem uma escala que as impõe ao nível do espaço da cidade. A sua dimensão, articulada com o carácter de autonomia que sempre guardaram conduziram à incorporação de elementos de equipamentos coletivos (nomeadamente, escolas, espaços de convívio e lazer e estabelecimentos comerciais) (PEREIRA, 1994).

Figura 3 – Exemplos de bairros operários lisboetas: a) Bairro da Ajuda; b) Bairro do Arco do Cego



Fonte: ILDEFONSO et. al., 2019

Mais tarde, já nas décadas de 50 a 70 do século XX, começam a construir-se, não apenas na cidade de Lisboa, mas na sua periferia, os designados “bairros clandestinos”, à margem de qualquer tipo de licenciamento camarário, onde, muitas vezes, se reproduziam algumas tipologias

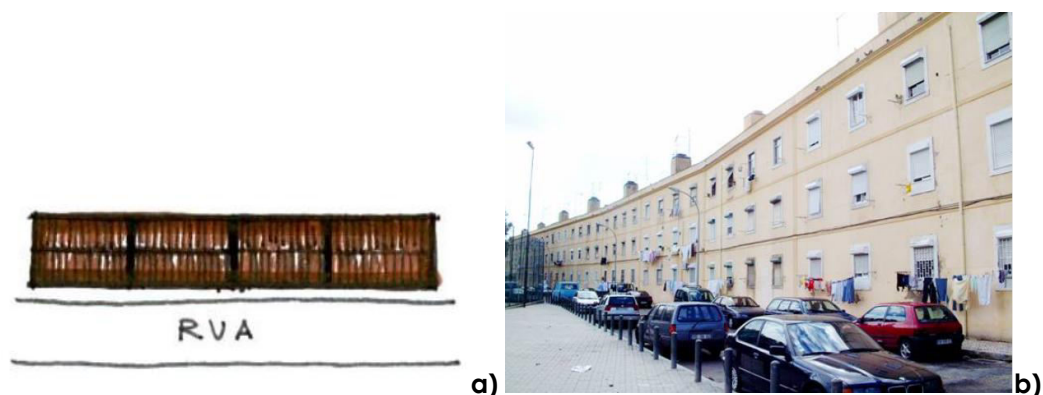
construtivas características das vilas operárias e continuam a residir os estratos sociais mais desfavorecidos e, em muitas situações, a população imigrante ou retornada das colónias ultramarinas (PEREIRA, 1995).

3 CARACTERIZAÇÃO MORFO-TIPOLÓGICA DAS VILAS OPERÁRIAS

As vilas operárias surgem como conjuntos de edifícios pouco diferenciados que ocupam espaços não edificados em zonas periféricas da cidade ou no interior de quarteirões. Muitas vezes ocupando as traseiras dos edifícios das artérias principais, com passagem estreita nas fachadas dos mesmos ou constituindo ruas particulares, são pouco perceptíveis a partir das ruas principais. Materializam-se em edifícios de pequena cêrcea que usualmente se desenvolvem em piso térreo ou acrescidos de um piso elevado (algumas vezes atingindo um segundo), dispendo-se em torno de um espaço comum, em pátio ou rua, de carácter privado (ILDEFONSO et. al., 2019). A distinção entre os vários tipos de vilas operárias permite reconhecer os condicionalismos que lhes deram origem e que possibilitaram a sua evolução de formas mais simples e menos qualificadas para formas mais complexas e com maior nível de qualificação (ILDEFONSO, 2008).

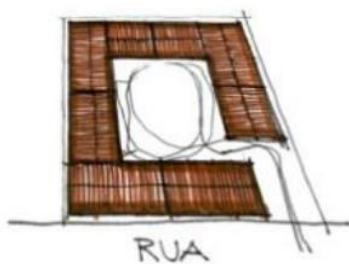
Em termos de modelos de implantação identificam-se as principais tipologias de vilas (ILDEFONSO, 2008) (Figura 4 a Figura 7): i) edifícios tipo bloco e/ou em banda (simples ou dupla) que acompanhavam a via pública; ii) edifícios formando pátio com contacto com a via pública; iii) edifícios construídos no logradouro de outros confinantes com a via e/ou formando rua particular dentro de logradouro; iv) edifícios com dimensão considerável podendo estar em parte destinados a usos não habitacionais / equipamentos e integrando bairros operários e económicos (vila à escala urbana) (PEREIRA, 1979).

Figura 4 – Vilas que acompanham a via pública I: a) Representação esquemática; b) Vila Cabrinha



Fonte: a) ILDEFONSO, 2008; b) AUTOR DESCONHECIDO, s/d

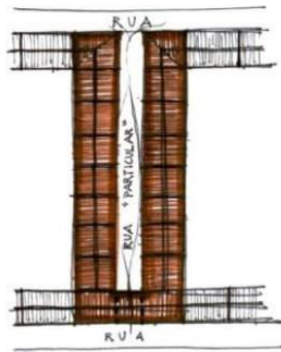
Figura 5 – Vilas construídas atrás de edifícios e/ou formando pátios: a) Representação esquemática; b) Vila Romão Silva



a) b)

Fonte: a) ILDEFONSO, 2008; b) DIÁRIO IMOBILIÁRIO, 2016

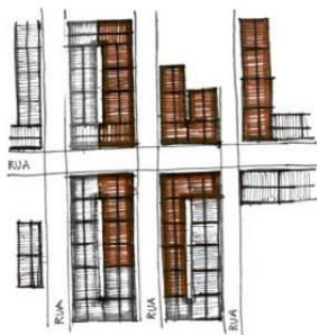
Figura 6 – Vilas construídos no logradouro de outros confinantes com a via e/ou formando rua particular dentro do logradouro: a) Representação esquemática; b) Vila Paulo



a) b)

Fonte: a) ILDEFONSO, 2008; b) AUTOR DESCONHECIDO, s/d

Figura 7 – Vila à escala urbana: a) Representação esquemática; b) Vila Cândida



a) b)

Fonte: a) ILDEFONSO, 2008; b) AUTOR DESCONHECIDO, s/d

4 INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO EM VILAS OPERÁRIAS

As intervenções de reabilitação no património edificado em geral, e nas construções habitacionais operárias em particular, não pretendem apenas conservar e reabilitar o que corresponde à construção propriamente dita ou a sua vertente habitacional e ambiental, dirigindo-se também à requalificação urbana e social do edificado com valor patrimonial (ANTUNES, 2002) [ILDEFONSO, 2008]. De facto, pretende-se que as intervenções operadas procurem salvaguardar tradições, memórias e comportamentos das populações diretamente afetadas, bem como potenciar a reconversão e revitalização das próprias estruturas sociais da cidade (SILVA, 2016).

No final da década de 80 do século XX é tornado público o Estudo dos Pátios e Vilas de Lisboa com o objetivo de conhecer a situação real dos pátios e vilas de Lisboa e perspetivar linhas orientadoras e de atuação para a salvaguarda de casos a preservar. O estudo permitiu selecionar os casos considerados críticos, segundo graus de urgência, previamente definidos para serem objeto de intervenção, recuperação e/ou reconversão (GABINETE DE ESTUDOS OLISSIPONENSES, 1988).

Já em 1990, e na sequência do trabalho desenvolvido, são listados os núcleos habitacionais, vilas e pátios, considerados como apresentando interesse patrimonial a preservar. Só mais recentemente, e com um hiato de mais 20 anos relativamente aos estudos referidos, é que a reabilitação de alguns pátios e vilas operárias de Lisboa se começou a tornar uma realidade (PEREIRA, 1994).

Na generalidade, os projetos de reabilitação desenvolvidos sobre alguns exemplos de construção operária industrial existente na cidade de Lisboa têm vindo a consistir essencialmente: i) na melhoria das condições de habitabilidade do espaço construído; ii) no reforço de medidas de segurança estrutural, considerada em risco; iii) reforço de medidas de segurança contra incêndios; iv) manutenção da imagem e a identidade do conjunto (recriação de características construtivas originais).

Os projetos pioneiros corresponderam a intervenções de reabilitação total, ou seja, incidindo nas fachadas e no interior dos edifícios – ocupados ou devolutos – e nos espaços comuns, salientando-se por exemplo: i) alteração do número de fogos (usualmente redução); ii) introdução de circulações verticais; iii) introdução de instalações sanitárias (IS) ou instalação de IS ventiladas e quando possível iluminadas naturalmente; iv) recuperação de coberturas, incluindo a substituição das estruturas de madeira, caso a mesma estivesse deteriorada, utilizando os mesmos materiais; v) reforço e consolidação estrutural tentando usar processos construtivos originais; vi) reparação de caixilharias de madeira, caso a mesma estivesse deteriorada, ou substituição de caixilharias de alumínio, caso as caixilharias originais tivessem sido substituídas por este material; vii) substituição de redes de abastecimento de água e esgotos e melhoria das

redes de eletricidade e de telecomunicações (caso existissem); viii) conservação e restauro de fachadas; ix) transformação de fachadas posteriores com novos vãos, terraços e varandins; x) reparação de fissuras nas paredes e aplicação de acabamentos em conformidade com as cores originais das fachadas; xi) implementação de estacionamento privado (ILDEFONSO, 2008).

De uma forma sintética, as intervenções operadas nos diversos tipos de construção habitacional operária existente em Lisboa podem agrupar-se em três níveis: i) mínima (grau de intervenção I), ii) ligeira (grau de intervenção II); iii) profunda (grau de intervenção III).

Designam-se intervenções de grau I situações que correspondem, por exemplo, à manutenção da compartimentação original, fechando e relocando alguns vãos de portas, introduzindo apenas alterações na fachada traseira (tardoz) – ampliações.

No caso de intervenções de grau II considera-se, por exemplo, o encerramento ou realocação de portas interiores, ampliações na fachada de tardoz, e a demolição e/ou construção de paredes divisórias interiores, permitindo a fusão de compartimentos originais distintos e a criação de novos, podendo enquadrar os casos em que se verifica absorção parcial do fogo contíguo, permitindo a ampliação da habitação e da sua configuração original.

Nas intervenções de grau III verificam-se toda as alterações referidas previamente e correspondem a uma ampliação muito significativa da estrutura habitacional que inclui a fusão de fogos distintos no mesmo piso e entre pisos.

Apresentam-se em seguida imagens de uma intervenção de conservação e reabilitação da vila operária Grandella localizada na cidade de Lisboa na freguesia de Benfica (Figura 8 e Figura 9)

Figura 8 –Vila Grandella / Rua Central: a) lado nascente antes da intervenção; b) lado nascente após a intervenção



Fonte: a) (IMAGEM 1, s/d); b) (IMAGEM 2, s/d)

Figura 9 –Vila Grandella / Rua Central: a) lado poente durante a intervenção; b) lado poente após a intervenção



Fonte: a) IMAGEM 2, s/d e b) IMAGEM 2, s/d

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grande parte das zonas associadas ao período da industrialização em Lisboa, tem vindo a apresentar graves condições de degradação e de desajuste construtivo, face às tecnologias e práticas mais recentes, o que tem vindo a obrigar a repensar a sua sobrevivência e adaptabilidade face às exigências funcionais contemporâneas.

Neste sentido, a construção habitacional operária de Lisboa tem vindo, nos anos mais recentes, a ser intervencionada de forma crescente o que muito tem contribuído para a preservação das memórias de tipologias habitacionais muito específicas e características da revolução industrial e bastante disseminadas pela cidade de Lisboa, seja sob a forma de Pátio, de vilas e/ou de bairros operários.

As intervenções empreendidas, seja por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, seja por iniciativa de particulares tem vindo a permitir a recuperação de património com tanta história e tradição associada. Com a reabilitação, nas suas várias vertentes, procura-se garantir uma atualização do espaço urbano, preparando-o para as novas exigências e modos de vida..

REFERÊNCIAS

ANTUNES, F., **Habitação operária – Pátios e vilas de Lisboa: A experiência da cidade operária industrial**, 2002, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa.

AUTOR DESCONHECIDO, **Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa**, 1957.

AUTOR DESCONHECIDO, apontamentolisboa.blogspot, (acedido a 23/09/2019), s/d.

CANDEIAS, P. http://www-ext.lnec.pt/LNEC/DE/NESDE/divulgacao/evol_tipol.html (acedido a 25/09/2019), s/d.

DIÁRIO IMOBILIÁRIO,
<https://www.diarioimobiliario.pt/Actualidade/Reabilitacao/Vilas-operarias-de-Lisboa-vao-ser-reabilitadas-para-habitacao>, 2016

FONTAINHAS, S., **Lugares com identidade e memória: Os pátios e vilas operárias de Lisboa como fundamento de um projeto**, 2015, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa.

GABINETE DOS ESTUDOS OLISSIPONENSES, Estudo dos Pátios e Vilas da Cidade de Lisboa, Proposta Conjunta, Direção dos Serviços de Habitação, Câmara Municipal de Lisboa, 1988.

ILDEFONSO, S., **Vilas operárias em Lisboa, Emergência de novos modos de habitar: O Caso da Vila Berta**, 2008, Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.

ILDEFONSO, S., MACHETE, R., FALCÃO, A., HEITOR, T., A proto-habitação social na cidade de Lisboa: Uma leitura integrada da vila operária no contexto urbano atual, urbe., **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 11, e20170201.
<https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.001.AO05>, 2019

IMAGEM 1, <https://memoriaparatodos.pt/portfolio/bairro-grandela/> (acedido a 26/09/2019), s/d.

IMAGEM 2, <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74406> (acedido a 27/09/2019), s/d.

PEREIRA, N., Evolução das Formas de Habitação Plurifamiliar na Cidade de Lisboa, **Análise social**, 1979

PEREIRA, N. Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930: A promoção privada do alojamento operário, **Análise social**, vol. xxix (127), pp. 509-524, 1994 (3.ª)

PEREIRA, N., BUARQUE, I., **Habitação operária**, Livros Horizonte, Lisboa, 1995 (1.ª ed).

PORTUGAL, E., **Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa**, s/d.

SILVA, M., **Pátios e vilas da zona ribeirinha oriental: Materialidade, memória e recuperação urbana**, 2013, Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa.

SILVA, M., **Pátios e vilas de Marvila e Beato: Modos de vida de um movimento antigo**, Cadernos do Arquivo Municipal, ISSN 2183-3176, 2.ª série, n.º 6, pp-143-170, 2016

TEIXEIRA, M., As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940, **Análise social**, vol. xxvii (115), pp. 65-89, 1994 (1.ª)